

ELEIÇÕES

Para onde vai seu voto?

A cada eleição surge a famosa pergunta: em quem você votou na última eleição e quais foram as ações que o candidato que você escolheu adotou ao longo desses quatro anos? Nas eleições deste ano é importante que os trabalhadores busquem mais informações a respeito dos candidatos que estão pedindo seu voto. O advento da internet, sites especializados e a construção de propostas que permitam a

transparência dessas ações proporcionam agilidade e a melhoria da consulta popular. Nesse momento é importante usar todas as ferramentas possíveis para saber quem pede o nosso voto.

Com o pleito de 2012, é fundamental que os trabalhadores exerçam seu direito democrático e cidadão da melhor forma possível, pois a construção de uma sociedade mais justa e democrática passa, diretamente, pelo dever cívico das eleições.

Desta forma, é importante eleger pessoas comprometidas com a luta da classe trabalhadora, de preferência se for alguém muito próximo dos trabalhadores e que reconhecidamente tenha vínculos com as nossas bandeiras de luta. Esse é um importante passo para essa longa caminhada, uma vez que é ampliando o leque para além do universo puramente sindical e trabalhista que vamos saber quem é o candidato e

se seu plano de governo contempla os anseios da classe trabalhadora. Consulte, acompanhe e cobre os políticos que estão exercendo mandatos em seu domicílio eleitoral.

Desta forma você estará exercendo a plenitude de sua cidadania. É necessário saber para onde vai o nosso voto.



EDITORIAL

Debater a crise e apontar soluções

A ameaça aos direitos sociais e trabalhistas promovido pelo mundo desenvolvido em crise, cujos reflexos já alcançam as economias emergentes, e a necessidade de dar resposta aos anseios e às preocupações dos trabalhadores levaram a CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT a lançar o **Jornal do Trabalhador**.

No Brasil, a luta permanente dos trabalhadores e a unidade das centrais sindicais têm impedido a

regressão dos direitos. Mas é preciso ficar alerta porque a intensificação da crise vai gerar um clima de histeria entre os empresários e seus aliados. Para eles, como sabemos, a saída será tentar fazer o trabalhador arcar com os resultados de uma recessão: desemprego e corte de direitos.

O grande exemplo está na Europa, onde os trabalhadores têm sido vítimas dos problemas econômico-financeiros, como demissões em massa, aumento do tempo para requerer a aposentadoria e

corte dos salários. O cenário exige um nível de luta intenso, organização, mobilização e unidade entre as diversas tendências políticas do movimento sindical.

O **Jornal do Trabalhador** surge com o objetivo de ser um canal de comunicação e debate a respeito dos temas políticos, econômicos e sociais de interesse dos trabalhadores, levando em conta as matizes ideológicas que compõem a unidade das quatro centrais sindicais.

CAMPANHA SALARIAL

Ganho real reativa a economia e aumenta o emprego

A campanha salarial do segundo semestre se reveste de vital importância para a luta dos trabalhadores brasileiros por maiores salários e melhores condições de trabalho e de vida. Categorias com grande experiência de luta, como metalúrgicos, comerciários, bancários e gráficos, entre outras, precisam dar o exemplo e fechar bons acordos. Objetivo: mostrar que a crise se combate com crescimento econômico e valorização do trabalho e renda.

Calcula-se que mais de 3 milhões de trabalhadores estarão em campanha salarial, dispostos a garantir e ampliar direitos. Apesar da crise internacional com seus conhecidos reflexos sobre a economia brasileira, há espaço para a conquista de aumento real, porém as Centrais Sindicais terão de reforçar a unidade para alcançar seus objetivos.

Será importante a ação dos sindicatos nos locais de trabalho, organizando e



Trabalhadores lutam por melhores condições de salário e de vida

mobilizando as bases, ressaltando aos trabalhadores que salários mais altos aumentam o consumo, a produção e o emprego – o círculo virtuoso tão perseguido pelo movimento sindical.

Os sindicatos não podem dar muita importância ao choro dos patrões de que suas empresas vão mal. Mas ter em mente que a economia deverá reagir até o final do ano, pois as projeções do governo dão conta que o PIB anualizado vai crescer em torno de 4%. Outra prova de que a economia não está tão ruim é que as empresas começaram a contratar empregados. No primeiro trimestre de 2012, o desemprego recuou, a população ocupada cresceu 1,8% em comparação ao mesmo período do ano passado e os empregos formais evoluíram 4,4%, ou seja, foram criados 482 mil postos de trabalho.

Se comparado com outros países, o Brasil está numa boa situação e, por isso, a tentativa dos empresários de fazer terrorismo com os trabalhadores não se justifica.

EXPEDIENTE

JORNAL DO TRABALHADOR

INFORMATIVO DAS CENTRAIS SINDICAIS

Realização:



Edição:

ASSESSORIAS DE IMPRENSA DAS CENTRAIS

Redação:

ANTONIO DINIZ, MAURO RAMOS e UMBERTO MARTINS

Projeto Gráfico e Edição de Arte:

JONAS DE LIMA

O JORNAL DO TRABALHADOR

é uma publicação das Centrais de Trabalhadores

1ª tiragem: 500.000 de exemplares

CTB – Av. Liberdade, 113, – 4º andar – Fone: (11) 3106-0700
01503000 – Liberdade – São Paulo/SP
www.ctb.org.br

Força Sindical – Rua Rocha Pombo, 94
Fone: (11) 3348-9000 – 01506-000 – Liberdade – S. Paulo/SP
www.fsindical.org.br

Nova Central – SAF-Sul, Qd. 02, Bl. "D", Térreo, Sala 102
Fone: (61) 3226-4000 – Ed. Via Esplanada – 70070-600 – Brasília/DF
www.ncst.org.br

UGT – Rua Aguiar de Barros, 144 – Fone: (11) 2111-7300
01316-020 – Bela Vista – São Paulo/SP
www.ugt.org.br

FUNCIONALISMO

Lições da greve

Dezenas de categorias aderiram à greve do funcionalismo público federal. Os trabalhadores alegam que estão com os salários congelados desde 2010 e reivindicam reajuste de 22%, além de outros benefícios. O governo parece disposto a não ceder. Informou que vai cortar o ponto dos grevistas, descontar os dias parados e determinou a substituição de servidores

por trabalhadores das administrações estaduais ou municipais, estimulando desta forma a deplorável figura do fura-greve e colocando em questão o direito à paralisação no setor público.

A intransigência do Executivo é condenada pelo movimento sindical, solidário com a luta e as reivindicações dos servidores.

A Constituição brasileira reconhece no artigo 37, inciso VII, o direito de greve do funcionalismo, negado apenas aos militares. Todavia, o exercício deste direito depende de lei complementar, que até hoje não existe. Inexiste, igualmente, o direito à negociação coletiva, o que dificulta a solução dos impasses através do diálogo.

Tudo isto mostra que a regulamentação em lei da Convenção 151 da OIT, que garante ao funcionalismo o direito de greve e negociação, cobra urgência. Os trabalhadores também cobram com razão mudanças na política fiscal conservadora do governo, convencidos de que a redução do superávit primário (economia feita para pagar a dívida pública) pode liberar recursos para contemplar a reivindicação dos trabalhadores e ampliar investimentos públicos em saúde, educação e infraestrutura – mudança que também pode ajudar a economia a contornar o perigo de recessão decorrente da crise na Europa.

**ECONOMIA MUNDIAL**

Seis anos de crise

A economia mundial atravessa o sexto ano da crise iniciada em 2007 nos EUA, uma das mais longas e graves da história do capitalismo. Não se vê sinal no fim do túnel. O epicentro das turbulências migrou para a Europa, estagnada. O FMI dita as regras da política econômica aos países endividados, descarregando sobre as costas da classe trabalhadora o ônus da crise criada pelos banqueiros.

A Grécia, em recessão há mais de cinco anos, cortou em 20% o valor nominal do salário mínimo; Portugal aumentou a jornada de

trabalho e reduziu direitos; a taxa de desemprego na Espanha subiu a 24% e mais de 50% dos jovens procuram e não encontram emprego. O chamado Estado de Bem Estar Social, que ainda ontem era motivo de orgulho do velho continente, está sendo impietosamente desmantelado. A região vive um retrocesso social provavelmente sem paralelo. Os assalariados resistem bravamente. Greves e manifestações se multiplicam num cenário de radicalização da luta de classes.

No Brasil, a economia está estagnada e a indústria em recessão. O ritmo de geração de empregos

caiu. O aumento do salário mínimo e do consumo amortecem os impactos da crise e o governo vem tomando medidas para estimular a produção. Mas as iniciativas, ainda que positivas no geral, são tímidas e insuficientes. As centrais sindicais cobram contrapartidas sociais aos incentivos concedidos às empresas, notadamente a garantia do emprego, além de maior ousadia na mudança da política econômica. Não podemos aceitar atitudes como a da multinacional GM, que depois de embolsar milhões em benefícios fiscais e remeter bilhões de dólares em lucros e dividendos para os EUA anuncia demissão em massa em São José dos Campos.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Ensino técnico associado à educação formal

Para construir um país que trilhe o caminho do desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho, o movimento sindical precisa exigir do governo investimentos na educação formal. O objetivo é elevar a qualidade do ensino público, universalizando o acesso à educação em todos os níveis tendo como princípio a inclusão, a diversidade e a igualdade.



Os trabalhadores precisam ter acesso à educação técnica, tecnológica e profissional combinada com a educação formal para os jovens, e associada ao desenvolvimento local ou regional. Mas o cenário não tem sido muito animador.

Considerando-se a população de 10 anos ou mais de idade, em 2007, 3,8% frequentavam algum curso de educação profissional e 18,6% não faziam curso, mas haviam feito anteriormente, segundo informação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As Centrais Sindicais, que querem participar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criticaram o fato de 22% das vagas disponibilizadas pela instituição não terem sido preenchidas até junho de 2012, conforme balanço do Senai. Foram 159.035 vagas ofertadas e 124.048 preenchidas.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Proteger a aposentadoria

O movimento sindical não abre mão do fim do Fator Previdenciário. Medida perversa criada no Governo FHC, ele reduz em até 40% o salário dos trabalhadores e trabalhadoras que requerem aposentadoria por tempo de contribuição.

As Centrais Sindicais entendem que, graças à expansão da economia e consequentemente com a geração de empregos e o aumento no número de contribuintes, existe

superávit no caixa do sistema previdenciário, portanto, o fim do Fator não acarretará problemas ao caixa da Previdência.

Além disso, o lado mais perverso deste mecanismo diz respeito a cada revisão da expectativa de vida do brasileiro feita pelo IBGE. O cálculo reflete diretamente no aumento do tempo de contribuição para o trabalhador se aposentar, sem a garantia de uma aposentadoria justa.

Fator Previdenciário e jornada na ordem do dia

Duas grandes demandas da classe trabalhadora constarão da pauta do Congresso Nacional neste segundo semestre: o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho. São dois temas polêmicos. A possibilidade de vitória depende da unidade dos sindicatos e ampla mobilização das bases. É um dos principais desafios das centrais até o final do ano.

Wagner Gomes,
presidente da Brasil CTB



Arquivo Força

Mudar o modelo econômico para enfrentar a crise

Para o Brasil voltar a crescer com valorização do trabalho e renda, o governo terá de manter em alta o consumo das famílias, mas, ao mesmo tempo, terá de lançar mão de medidas mais ousadas para tirar o país do marasmo econômico. Deve aproveitar a crise estrutural para mudar o modelo econômico, reduzir o superávit fiscal para investimentos em saúde e educação e acelerar o PAC.

Miguel Torres, presidente
em exercício da Força Sindical



Paulo Segura

Luta pela distribuição de bens e riqueza para o povo

A defesa da classe trabalhadora, na luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida é a principal bandeira da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que, junto com as demais centrais, soma forças na luta pela humanização do trabalho, pelo fim do Fator Previdenciário e por maior participação dos trabalhadores na distribuição de bens e riquezas do Brasil.

José Calixto Ramos,
presidente da Nova Central



Arquivo Força

Votar nos candidatos dos trabalhadores

Esse ano o brasileiro vai às urnas exercer a plenitude da democracia, conquistada com sangue e suor. Contudo, é

fundamental para o futuro do país que os eleitores e eleitoras priorizem candidatos comprometidos com a causa da classe trabalhadora e que militem pela construção de políticas públicas voltadas ao benefício e a ampliação dos direitos da população.

Ricardo Patah,
presidente UGT



Arquivo Força